

3

Pressupostos teóricos

3.1

Considerações iniciais

Como nosso objetivo é analisar como modalidades típicas do subjuntivo e do infinitivo em orações completivas estão sendo expressas no português brasileiro distenso, foi necessário que tomássemos como pressuposto teórico uma visão que considerasse não apenas fatores internos à estrutura gramatical, mas também os interlocutores e aspectos relacionados à situação de fala. Assim, apoiamos-nos, para o desenvolvimento de tal trabalho, na teoria funcionalista da linguagem.

Para os funcionalistas, o que se busca com a linguística é a determinação da maneira como as pessoas conseguem se comunicar pela língua.

Segundo Neves (1997), a gramática funcional diz respeito a uma teoria que entende a gramática como acessível às pressões do uso, o que considera a competência linguística, ou seja, “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória”.

De acordo com a noção de competência comunicativa, a qual costuma ser associada a Hymes (1974), o processo tradicional de descrição gramatical deve ser associado à descrição das regras para o uso social apropriado da linguagem. Temos, então, uma gramática voltada para a construção de um sistema de representação formal, porém marcado pelo uso de variáveis, níveis e módulos para caracterizar a função comunicativa da linguagem.

De acordo com Mackenzie (1992) a hipótese mais básica da gramática funcional é a de que existe uma relação não-arbitrária entre uso e estrutura da língua, tendo essa, assim, o objetivo de entender as regularidades existentes dentro da língua, considerando as circunstâncias de uso. Dessa maneira, se investigamos o sistema linguístico, encontramos fatores funcionais.

O Funcionalismo não diz respeito a um único modelo teórico em si. Na verdade, tal abordagem teórica do fenômeno lingüístico é assumida por diversos modelos teóricos que têm como base a concepção de língua como um meio de interação social, na qual a sintáxe é instrumento da semântica, e, a semântica, da pragmática.

A linguística sistêmico-funcional (LSF), por exemplo, nos fornece uma perspectiva que contribui para nossa análise. Para a linguística sistêmico-funcional (LSF), a língua é considerada um sistema dinâmico cuja natureza permite que falantes a usem para diferentes funções dependendo de sua necessidade na interação social. Entende-se, assim, a língua como um sistema de possibilidades disponíveis para o falante, no qual “a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada estrutura representando as escolhas associadas com um tipo de constituinte” (HALLIDAY, 1967, p. 37, Apud NEVES, 1997, p. 59).

A linguagem tem, assim, a função primordial de instrumento para a interação social, a qual se dá por meio das metafunções da LSF; a ideacional, a interpessoal e a textual.

Segundo Halliday (2004), a unidade principal de análise de um sistema lingüístico é a oração, “porque é nela que os significados são mapeados numa estrutura gramatical integrada” (p. 10. Apud, GOUVEIA, 2009, p. 20). A análise da oração se dá em três instâncias que se relacionam com as metafunções. A análise da oração como mensagem se relaciona com a metafunção textual, a da oração como troca com a interpessoal e a da oração como representação com a ideacional. As orações e suas funções são influenciadas pelo contexto, pelo gênero e pelo registro.

A LSF parte do contexto, ou seja, das referências do mundo externo, para chegar à oração. Isso significa não apenas que a partir do contexto se pode prever que características linguísticas são mais plausíveis para os significados possíveis, como também que uma oração traz em suas características linguísticas informações relativas ao contexto.

Halliday aponta dois níveis contextuais como principais configuradores de recursos linguísticos, o cultural, que diz respeito a aspectos históricos, sociais e

políticos de uma sociedade, e o situacional, que se refere à situação em que a interação se dá.

Os gêneros, por sua vez, são culturais, isto é, diferentes culturas apresentam os gêneros demandados por sua cultura. Os registros também são culturais, mas estão mais diretamente ligados à situação da interação; diferentes situações exigem/demandam determinadas estruturas.

Concluindo, a escolha de uma estrutura linguística passa por todos esses níveis.

Enfim, tais perspectivas do funcionalismo contribuem para nossa análise e nos permitem entender os conceitos da Gramática Funcional do Discurso (GFD), desenvolvida por Hengeveld (2004), que será apresentada a seguir e que será, mais diretamente, o modelo adotado na nossa análise dos dados.

3.2

A Gramática Funcional do Discurso – GFD

Tal modelo de análise tem a gramática como um sistema formalizado que incorpora fenômenos inerentes à construção do discurso pelos interlocutores, logo, ao se analisar um texto com o intuito de se depreender, por meio deste, um sistema de representação formal, tem-se como foco o estrutural, porém, para se entender o estrutural, deve se considerar a semântica, a intenção do falante e suas relações com a construção do discurso, e sua influência no uso deste, considerando-se que tais relações são expressas por meio de estratégias comunicativas.

3.2.1

Níveis de análise da GFD

Para o tipo de análise descrito acima, a GFD organiza a representação formal não apenas em uma camada horizontal em que a oração é composta por três

elementos básicos, conforme se considerava até meados da década de 1980; “constituintes formados por itens lexicais, como nome, por exemplo; categorias, como sintagma nominal; e funções, como sujeito, objeto etc.”(Camacho, p. 168); mas também em duas camadas verticais representando os aspectos Interpessoal e Representacional da linguagem, as quais interagem com elementos essenciais do contexto inerentes ao componente contextual e ao cognitivo.

Hengeveld (2004) adiciona, assim, dois níveis de análise relacionados ao discurso, o Interpessoal e o Representacional, os quais participam na produção de enunciados e que são superiores aos níveis Morfossintático e Fonológico.

O nível Interpessoal se refere à estratégia linguística adotada por um falante ao usar uma dada unidade linguística em seu enunciado. Nesse nível se considera que as propriedades formais influenciam na produção de sentidos desejados pelo locutor e como o molde da mensagem atende às expectativas do falante. Assim, na GFD, os aspectos de unidades linguísticas que contribuem para a estruturação do discurso são analisadas em termos de funções retóricas e, os que refletem o modo como os falantes moldam suas mensagens, tendo-se em mente o que se entende do estado mental do ouvinte, em termos de funções pragmáticas.

No nível Representacional, próximo passo da formulação do enunciado, as unidades linguísticas são descritas em termos de categorias semânticas.

“O Nível Representacional explica, assim, os aspectos formais que refletem o papel de uma unidade linguística no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginado que ela descreve, independentemente do modo como essa unidade é usada na comunicação.”

(Camacho, 2006, p 175)

Na última etapa de formulação do enunciado, temos o nível Morfossintático e o nível Fonológico. O nível Morfossintático é o codificador das informações semânticas e pragmáticas que faz emergir uma representação estrutural ao estabelecer os arranjos gramaticais que exteriorizam tais informações, ou seja, esse nível é o responsável por estabelecer as relações lineares, sejam elas dentro da

palavra ou entre palavras. O nível Fonológico é responsável pela produção fonológica dos enunciados.

Cada um desses níveis opera mediante suas respectivas unidades hierarquicamente organizadas. Para nossa análise, as categorias destacadas no **Quadro 1** foram utilizadas.

Há uma correlação entre as unidades do Nível Interpessoal e as do Nível Representacional, como podemos ver no **Quadro 2**, no qual as unidades relevantes para nosso trabalho são apresentadas.

No entanto, cada unidade pode contar com seus próprios marcadores, ou seja, um elemento pode ser uma escolha apenas em um nível devido à função que esse exerce.

Para nossa pesquisa, por exemplo, embora haja a possibilidade de um elemento ser analisado como uma escolha em ambos os níveis, a análise será feita no que se refere ao nível que se mostra relevante para os objetivos da pesquisa. Observe-se o seguinte exemplo.

(E48) *par=Dinheiro--94b-2: O órgão **quer que** o supermercado **explique** o critério utilizado na definição de sua margem de lucro .*

A correferencialidade dos sujeitos é uma característica semântica, logo analisaremos os participantes e suas relações com as suas ações no nível Representacional. Nesse enunciado, de acordo com o relevante para a nossa pesquisa, temos um primeiro *estado de coisas* em que se apresenta um indivíduo (órgão) e uma *propriedade* (querer) e um segundo *estado de coisas* em que se apresenta um *indivíduo* (supermercado) e uma *propriedade* (sair). Podemos verificar, assim, a correferencialidade entre participantes no nível Representacional e concluir que temos o uso do subjuntivo em tais casos.

UNIDADE	DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICA
NÍVEL INTERPESSOAL		
ATO	Unidade básica de análise (oração ou conjunto de orações que formam um ato de fala)	Relaciona os atos discursivos entre si ⁷
CONTEÚDO COMUNICADO	Totalidade do que o falante evoca em sua comunicação com o ouvinte	Formado por um número variável de subatos atributivo e referencial
SUBATO ATRIBUTIVO	Atribuições ao indivíduo	Não são localizáveis no tempo e espaço
SUBATO REFERENCIAL	Referência a um ser, indivíduo ou local	São localizáveis no tempo e espaço
NÍVEL REPRESENTACIONAL		
CONTEÚDO PROPOSICIONAL	Construto metal [Exemplo: -Crenças racionais e conhecimento (factuais) e esperanças (não factuais)]	Factuais: Podem ser qualificados em termos de conhecimento partilhado, evidência sensorial e inferência Não factuais: Podem ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida etc)
ESTADO DE COISAS	Eventos e estados	São localizáveis no tempo e avaliáveis em termos de seu estatuto real
PROPRIEDADE / RELAÇÃO	Atribuições ao indivíduo	Não existem por si só. São avaliadas apenas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidades, ou à situação decrita por elas em geral.
INDIVÍDUO / LOCAÇÃO / TEMPO	Seres, objetos / lugares / elementos relativos a tempo	São localizáveis no tempo e espaço

Quadro 1

⁷ Os atos discursivos contêm uma ilocução que especifica a relação entre os participantes do ato de fala e o conteúdo que contém a totalidade do que o falante deseja evocar em sua comunicação.

NÍVEL INTERPESSOAL	NÍVEL REPRESENTACIONAL
Ato	Conteúdo proposicional
Conteúdo comunicado	Estado de coisas
Subato atributivo	Propriedade / Relação
Subato referencial	Indivíduo / locação / tempo

Quadro 2

Observando-se, por sua vez, o enunciado abaixo, podemos verificar não apenas essas mesmas unidades relevantes do nível Representacional, *indivíduo* (eu), *propriedade* (pedir), *indivíduo* (leitores) e *propriedade* (permanecer), como também o *ato* (pedido) no nível Interpessoal.

(E61) *par=Folhateen--94a-1: **Peço** aos leitores do Folhateen **que permaneçam** alertas e **ajudem** a fiscalizar alguns de nossos «homens da lei» .*

Na seção que se segue, entenderemos como a análise de tais camadas podem nos ajudar a entender como chegaremos a uma sistematização do uso do subjuntivo, do infinitivo e de estruturas alternativas .

3.2.2

A noção de alinhamento na GFD

A apresentação da noção de alinhamento da GFD no que se refere à sua contribuição para as relações de complementação no português apresentada por Liliane Santana (2010) nos fornece base para nossa análise qualitativa.

Segundo a autora “Na GFD, o termo alinhamento é usado para designar o modo como as unidades pragmáticas e semânticas, não hierarquicamente relacionadas, são representadas nas unidades morfossintáticas... Dada sua organização, a GFD distingue três tipos básicos de alinhamento: Interpessoal, Representacional e Morfossintático.”⁸

⁸ As línguas podem exibir mistura de alinhamentos.

Tal noção é de grande relevância para nossa análise, uma vez que por meio dela Hengeveld & Mackenzie (2008) demonstram que a codificação morfossintática de orações completivas dependem das características semânticas de suas orações principais.

Se consideramos a correferencialidade dos sujeitos da oração principal com o da oração subordinada e a semântica do verbo da oração principal, estamos fazendo a análise no nível Representacional, pois estamos analisando como a codificação morfossintática se dá por meio de um alinhamento morfossintático que depende desse nível.

A título de ilustração, para que o leitor desta dissertação possa entender melhor o funcionamento de tal teoria para a análise realizada, segue, abaixo, a análise, de acordo com os fundamentos teóricos apresentados, de um exemplo retirado do corpus selecionado para tal trabalho.

(E30) *par=8880: Por isso, quando estiver aí, **espero comprar** discos novos .*

No nível Representacional, temos a escolha do infinitivo para expressar o estado de coisas na oração subordinada em que o sujeito é o mesmo sujeito que o da oração principal.

No nível Interpessoal, o uso do infinitivo caracteriza o esperado pelo ouvinte para a expressão de tal significado. A escolha da conjunção “que” com o subjuntivo no nível Representacional acarretaria em mudança de significado, pois significaria que se esperaria que ou o ouvinte, ou uma terceira pessoa seriam os agentes da ação subordinada.

Assim, quando nos referimos a escolhas no nível Representacional, Interpessoal ou Morfossintático, tem-se implícito o fato da dependência do nível escolhido para a codificação morfossintática dos enunciados e podemos chegar a estruturas como a seguinte:

Sujeito 1 + verbo principal (volição) + verbo no infinitivo

Note-se que optamos por não usar a nomenclatura tradicional da GFD, e sim a nomenclatura conforme utilizada nas gramáticas normativas de Língua Portuguesa

de uma análise sintática uma vez que visamos simplificar para o leitor os resultados encontrados, de maneira que este não precisa fazer mentalmente o paralelo com os termos do modelo utilizado todo o tempo durante a leitura. Porém, a proposta teórica aqui descrita é seguida durante toda a análise.

3.3

Pressupostos metodológicos

Analisaremos na próxima seção um total de 92 enunciados retirados de um total geral de 3.127 enunciados coletados em três diferentes bancos de dados do português, o Banco de Português, disponível no endereço eletrônico <http://www2.lael.pucsp.br/corpora/bp/index.htm>, o ANCIB, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, e o NILC/São Carlos, do Núcleo Interinstitucional de Lingüística Computacional, ambos disponibilizados no *corpora* do site *Linguateca*, <http://www.linguateca.pt/>.

A análise dos dados será realizada em duas etapas. Na primeira, o total geral de enunciados encontrados, 3.127 enunciados, será analisado quantitativamente para checarmos (i) como se mostra a regra de uso do subjuntivo ou do infinitivo em orações completivas regidas por verbos não factivos no que se refere à correferencialidade de sujeitos, e (ii) se o uso de EAs se mostra superior ao uso das demais estruturas analisadas. Na segunda etapa, analisaremos qualitativamente, de acordo com os conceitos teóricos da Gramática Funcional do Discurso (GFD), desenvolvida por Hengeveld (2004), 92 enunciados (selecionados do total geral de enunciados encontrados), os quais foram escolhidos como exemplos de cada tipo de estrutura encontrada.

Nosso trabalho se propõe a sistematizar as regras de uso de orações completivas regidas por verbos não factivos, no entanto, não seria possível considerar para nossa pesquisa todos os verbos não factivos que demandam ou permitem o uso do subjuntivo ou do infinitivo em orações completivas. Consideramos, então, dois grupos de verbos, diferenciados por sua proximidade semântica. O primeiro grupo, com os verbos “esperar”, “desejar” e “querer”, foi

formado por esses verbos se mostrarem foco em livros de ensino de PL2E e em Gramáticas de Uso no que se refere ao tópico “Subjuntivo”, e, o segundo, com os verbos “recomendar”, “solicitar” ou “pedir”, por estes apresentarem carga semântica aproximada, mas diferente da dos verbos do primeiro grupo, sendo tal escolha motivada pelo verbo “pedir” ter sido apresentado em dois dos livros didáticos trabalhados como verbo que expressam desejo.

Como a análise a ser realizada no próximo capítulo tem como proposta o foco na linguagem em uso e a busca da sistematização das regras gramaticais de uma determinada variante da Língua Portuguesa falada, começamos nossa seleção de dados pela primeira base de dados apontada acima, uma vez que esta apresenta ao pesquisador a opção de seleção de dados pelo filtro “Conversação”, em que encontramos enunciados retirados de entrevistas de televisão, diálogos, aulas e conversas informais entre adultos e entre adultos e crianças, e, assim, pudemos coletar enunciados legítimos da língua falada.

No entanto, poucas incidências com os verbos “esperar”, “desejar” e “querer” e nenhuma com os verbos “recomendar”, “solicitar” ou “pedir” foram encontradas em orações principais de orações completiva. Decidimos, então, continuar a coleta em *corpora* que apresentassem enunciados de textos escritos que fossem reflexo da língua falada e utilizamos, assim, as duas outras bases de dados mencionadas acima.

No NILC/São Carlos, o qual contém textos brasileiros do registro jornalístico, didático, epistolar e redações de alunos, encontramos uma quantidade considerável de dados, mas, no final, consideramos para a nossa pesquisa também os dados encontrados no *corpora* ANCIB, o qual apresenta dados retirados do corpo de correio eletrônico da lista ANCIB, uma vez que muitas de suas incidências se mostraram de grande relevância para o assunto tratado e a consideração de um maior número de incidências, assim como de diferentes fontes de dados, só poderia contribuir para a criação de um *corpus* mais rico e robusto.

Buscamos, assim, em tais bases de dados, incidências com o uso dos verbos “esperar”, “desejar”, “querer”, “recomendar”, “solicitar” e “pedir” na primeira e na terceira pessoas do singular e do plural no presente do indicativo para que pudessemos ter exemplares de estruturas o suficiente de cada *corpora*. A segunda

pessoa do plural e do singular foram excluídas de nossa pesquisa, uma vez que estas são utilizadas apenas em localidades específicas do Brasil e a inclusão destas não condiria com nosso objetivo.

Como o número de incidências disponíveis para certas buscas foi muito alto (por exemplo, a busca pelo verbo “querer” na 3ª pessoa do singular na base de dados NILC/São Carlos apresentou um resultado de 11.664 incidências) e, para outras, muito baixo (por exemplo, a busca pelo verbo “desejar” na 3ª pessoa do plural na base de dados Banco de Português apresentou um resultado de 5 incidências), o número máximo de incidências a ser retirado para cada busca foi estipulado levando-se em consideração o número de incidências encontradas mais alto dentre os mais baixos. Chegamos, assim, a um número máximo de 220 incidências para cada busca, ou seja, se um número menor ou igual a 220 de incidências estava disponível, todas as incidências foram consideradas para o nosso trabalho, se o número era maior, apenas 220 incidências foram consideradas.

Os dados selecionados para as duas etapas de análise da presente dissertação serão apresentados em dois diferentes anexos; **Dados utilizados para a análise qualitativa** e **Dados utilizados para a análise quantitativa**. Cada anexo foi organizado em dados escritos e orais, separadamente. Para cada base de dados formada para nossa pesquisa, apresentamos os enunciados divididos em três grupos, uso do Subjuntivo, uso do Infinitivo e uso de Estruturas Alternativas, por entrada de busca. Todas as incidências foram numeradas para que sua localização nos anexos fosse facilitada quando utilizadas ou mencionadas no corpo da análise. Destaco, porém, que embora tenhamos realizado tal numeração, a numeração dos originais, quando existentes, foram mantidas, mas não utilizadas como referência.

Sempre que introduzimos um enunciado dos dados no corpo do texto do presente trabalho, o apresentamos em itálico e indicamos o número deste nos dados. Quando o exemplo dado no corpo do texto do presente trabalho consiste em uma adaptação da autora, o exemplo não é acompanhado de indicação de numeração e é apresentado em negrito.

Em nossa análise qualitativa, utilizamos diversas abreviações criadas pela própria autora para facilitar a leitura e apresentar tabelas com informações visualmente não confusas. São estas as seguintes:

- suj. – Sujeito
- princ. – principal
- conj. – conjunção
- subj. - subjuntivo
- part. – particípio
- pron. – pronome
- prep. – preposição
- inf. – infinitivo